

**APONTAMENTOS SOBRE UMA HISTÓRIA
RECENTE:
GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DA
UNIVERSIDADE BRASILEIRA**

Carlos Bauer*
José Rubens Lima Jardimino
UNINOVE - Brasil

Recepción: 28-05-2005
Aprobación: 12-07-2005

Resumen

El trabajo es un análisis en la perspectiva de Historia de la Educación Brasileña, subrayando el proceso de desarrollo de la universidad, sus problemas y posibilidades. Busca contribuir a la reflexión crítica de las debilidades y potencialidades vivenciadas por la Enseñaza Superior en Brasil en la actualidad, en especial, ahora en que se encuentra en debate una Re-Forma para ese nivel de la educación del País. Reseña los datos históricos a partir de fuentes documentales y bibliográficas sobre la reciente historia da la Universidad en Brasil, aunque, sedimentado por el deseo de su implantación al largo de los siglos XVIII y XIX.

Palabras Claves: *Universidad; Historia de la Educación; Políticas Educativas*

* Os autores são Docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário Nove de Julho em São Paulo, Brasil. Desenvolvem suas pesquisas na área de Políticas Educacionais; em História e Teoria da Profissão Docente. Respectivamente, doutores em História e Ciências Sociais, com produção publicada em livros e artigos em suas respectivas áreas de atuação.

Abstract

The work is an analysis in the perspective of History of the Brazilian Education, emphasizing the process of development of the university, its problems and possibilities. It looks for to contribute to the critical reflection of the weaknesses and lived potentialities by the Higher Education in Brazil at the present time, in special, now at which the "Reform" for that level of the education of the Country is in debate. It reviews the historical data from documentary sources and bibliographical on recent history of the University in Brazil, although, settled by the desire of his implantation to the length of centuries XVIII and XIX.

Keyword: *History of the Education; University; Education Policy*

Introdução

O presente trabalho é uma análise na perspectiva da *história da educação*, considerando o processo de desenvolvimento da universidade brasileira, seus impasses e possibilidades. Busca contribuir para a reflexão crítica das vicissitudes e potencialidades vivenciadas pelo ensino superior no Brasil na atualidade.

As primeiras experiências universitárias no Brasil foram tardias, tanto em relação as suas congêneres latinas e norte-americanas, quanto, evidentemente, aquelas que se produziram na Europa. Na chamada América Espanhola¹, foram instaladas na Colônia, desde o século XVI, pelo menos seis universidades. No momento da Independência, elas já são 19. Na América Inglesa, em pleno processo da Guerra da Independência, temos nove universidades.

A título de informação, nos parece importante destacar que, na América Espanhola, durante o período colonial, foram formadas, aproximadamente, 150.000 pessoas. Por sua vez, na América Portuguesa - apenas 2.500 pessoas durante toda a era colonial foram fazer cursos superiores na Europa. No Brasil só havia o ensino médio (dirigido pelos jesuítas). Cursos superiores só em Coimbra, Portugal (teologia e direito) ou em Montpellier na França (medicina). As tentativas dos

¹Para maiores detalhes sobre a história da Universidade nesse período, consultar: SOTO ARANGO, D. (Ed). (2000): *Estudios sobre Historia de la Educación Latinoamericana: de la Colonia a nuestros días*. Tunja – Boyacá, UPTC, (colección: Actas memorias RUDECOLOMBIA). Conforme suas palavras: “En la América Española se fundaron 32 universidades que otorgaba grado académicos, eclesiásticos y civiles. En su gran mayoría obtuvieron las Cédulas Reales y Bulas Papales para su fundación. En siglo XVI se crearon 6, 12 en el siglo XVII, 11 en el siglo XVIII y tres en el siglo XIX. Sin embargo, de las 29 creadas se habían clausurado 11 al finalizar el siglo XVIII. Las comunidades religiosas tuvieron el monopolio educativo de la elite nacional universitaria. El hecho de conceder grados daba influencia en el sector civil a la comunidad que los otorgaba”. p. 72.

jesuítas nos séculos XVI e XVII, e dos inconfidentes mineiros, no final do século XVIII, de implantar uma universidade, foram frustradas pela Coroa Portuguesa.

Praticamente trezentos anos depois do estabelecimento dos interesses colonizadores portugueses é que, em nosso país, se instalaram as primeiras instituições com o objetivo de formar profissionais de nível superior. Somente na primeira metade do século XX, mais precisamente, em 1934, com a criação da Universidade de São Paulo (USP) e, em 1935, com a Universidade do Distrito Federal (UDF), temos objetivado não apenas o ensino e a transmissão de conhecimento, mas a perspectiva de produzi-lo através da pesquisa e do processo de formação de seus quadros e professores. A criação, em 1946, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e, no ano de 1961, da Universidade de Brasília (UnB), também precisam ser considerados marcos fundamentais na busca de tais objetivos e da consolidação da universidade no Brasil.

Na sociedade brasileira, a educação superior sempre se constituiu um patrimônio cultural inacessível aos mais amplos setores da sociedade. Privilegio de poucos, a universidade no Brasil constituiu-se como um seleiro de quadros dirigentes, formadores de opinião, intelectuais e profissionais qualificados nas mais variadas áreas do conhecimento humano.

A proposta de universidade precisa ser amplamente debatida hoje no Brasil, na medida em que, na atualidade, esta em curso um processo de ampliação, relevância e aprofundamento do seu papel social. Ao longo de toda sua história, uma de suas principais características foi a formação superior de cunho profissionalizantes. Hoje, isto não é mais suficiente. A universidade brasileira necessita superar sua fragmentação regional, diminuta presença social e projetar-se como espaço prioritário na produção do conhecimento científico e cultural da sociedade.

Nas palavras de Fernando de Azevedo, membro da comissão que elaborou o plano de criação da Universidade São Paulo, observa:

Foi a Universidade de São Paulo a primeira instituição em que se verteu, no Brasil, a caudal de inquietação que os homens possuem em face da natureza, da vida e de seus problemas, e que nasceu, como a Academia Platônica, na Grécia, e a Universidade, na Idade Média, da convicção de que homens de responsabilidade cultural devem ser despertados interiormente para a especulação, a pesquisa e o método experimental ou, em poucas palavras, ‘para viver da verdade e de sua investigação’ (AZEVEDO, 1963, p. 679).

As questões que a universidade enfrenta não podem ser tratadas separadamente da sociedade, assim como não podem ser entendidas isoladamente,

pois dizem respeito ao todo social. Ao nosso ver, a presença da proposta e a própria história da Universidade é mais complexa do que muitos podem acreditar ser. A história da Universidade brasileira é uma história recente, porém rapidamente sua relevância social tornou-se efetiva e transformadora, talvez seja esta a essência de sua existência.

Nesta perspectiva, esse artigo objetiva, numa visão panorâmica, apresentar aspectos históricos da recente trajetória da Universidade Brasileira, que embora jovem, vem desempenhando um importante papel acadêmico/científico na América Latina, tanto na produção do conhecimento como na formação de quadros para a sociedade do entrono.

As origens do Ensino Superior no Brasil: notas sobre o Brasil Império

Na tradição ocidental, a universidade, desde a sua primeira hora, era uma instituição que transcendia os limites do local, com todas as precariedades de comunicação que se produziam na sociedade medieval. Principalmente, a instituição procurava recuperar o conhecimento, que se desenvolvia de forma letárgica – para os padrões da contemporaneidade – se confundia na memória dos precários registros anteriores ao papel e à imprensa. Durante todo aquele longo período a universidade, sempre povoada de conflitos e dilemas, se inseria nas sociedades, exercendo papéis de grande relevância. Quando chegou no continente americano, não foi muito diferente: divulgou e refletiu sobre as idéias da modernidade, que, muitas vezes importadas mecanicamente, nem sempre entendidas pelos que a professavam – as idéias estavam fora do lugar -, viriam a contribuir para infernizar com o cotidiano dos colonizadores, muitas vezes fornecendo o necessário impulso de revoluções e transformações sociais. Conforme Cunha (2003):

Diferentemente da Espanha, que instalou universidades em suas colônias americanas já no século XVI, Portugal não só desincentivou como também proibiu que tais instituições fossem criadas no Brasil. No seu lugar, a metrópole concedia bolsas para que um certo número de filhos de colonos fosse estudar em Coimbra, assim como permitia que estabelecimentos escolares jesuítas oferecessem cursos superiores de Filosofia e Teologia. O primeiro estabelecimento de ensino superior no Brasil foi fundado pelos jesuítas na Bahia, sede do governo geral, em 1550. Os jesuítas criaram, ao todo 17 colégios no Brasil, destinados a estudantes internos e externos, sem a finalidade exclusiva de formação de sacerdotes. Os estudantes eram filhos de funcionários públicos, de senhores de engenho, de criadores de gado, de artesãos

e, no século XVIII, também de mineradores. Nesses colégios era oferecido o ensino das primeiras letras e o ensino secundário. Em alguns, acrescia o ensino superior em Artes e Teologia. O curso de Artes, também chamado de Ciências Naturais ou Filosofia, tinha duração de três anos. Compreendia o ensino de Lógica, de Física, de Matemática, de Ética e de Metafísica. O curso de teologia, de quatro anos, conferia grau de doutor. Em 1553, começaram a funcionar os cursos de Artes e de Teologia. No século XVIII, o Colégio da Bahia desenvolveu os estudos de Matemática a ponto de criar uma faculdade específica para seu ensino. Cursos superiores foram também oferecidos no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Pernambuco, no Maranhão e no Pará (CUNHA, 2003, p. 152).

No Brasil a proposta de criação da universidade foi negada durante todo o período colonial. Pouco debatida tanto durante a vigência do Império, quanto nos primórdios da República, a idéia de sua implementação parecia fadada a malograr. Dispúnhamos de um sistema de ensino superior diversificado e completamente distante de quaisquer perspectivas nacionais. A história nos mostra que os colonizadores portugueses e as elites brasileiras quase nada fizeram com o objetivo de se criar no país instituições universitárias. Estas últimas, inclusive, quando precisava procuravam, na Europa, a formação dos universitários que necessitavam.

Durante um largo período, como vimos, o ensino no Brasil foi ministrado pelos jesuítas². Pode-se dizer que era completamente alheio das necessidades e exigências políticas e econômicas que então se produziam na Colônia. Desinteressado dos problemas mundanos, e, principalmente, preocupado em oferecer um conhecimento geral e livresco aos seus frequentadores, longe de quaisquer preocupações com uma intervenção no mundo real, nem mesmo preocupando-se em qualificar seus alunos para o trabalho. Não é de outra forma que “*o ensino superior brasileiro como conhecemos hoje não descendeu, em nenhum aspecto, do enorme edifício que os jesuítas erigiram na colônia. As instituições de ensino superior atualmente existentes resultaram da multiplicação e da diferenciação das instituições criadas ao início do século XIX, quando foi atribuído ao Brasil o status de Reino Unido a Portugal e Algarve. Ao fim do período colonial, o ensino superior sofreu, no Brasil, uma tardia refundação*” (CUNHA, 2003, p. 153).

Principalmente, os universitários brasileiros estudavam na universidade de Coimbra. Esta tinha uma característica fundante: o seu conservadorismo. No

² Sobre a influência da obra dos Jesuítas na América Latina pré-ilustrada, a profa. Celina LERTORA, nos oferece uma análise muito bem fundamentada em fontes documentais, imprescindível para uma análise do período. Cf. LERTORA MENDONZA, C. Teoría de la Materia en el Último Período Jesuita Novohispánico: Apuntes para una controversia. In.: VERA DE FLACHS, M.C. (2002): *Universidad e Ilustración en América: Nuevas perspectivas*. Argentina. Universidad Nacional de Córdoba.

âmbito de sua influência acadêmica, não poderia haver espaço para a pesquisa ou experiências de qualquer espécie.

Como sede da Monarquia, a partir de 1808, o Brasil começa obter de D. João VI o direito de postular a criação de algumas escolas superiores. O papel de D. João VI, em matéria de ensino superior, normalmente lembrado pelo seu caráter utilitário e imediatista, trazem ainda um outro problema extremamente grave: circunscrito ao Rio de Janeiro e à Bahia, não foi capaz de projetar a criação destas instituições no restante das províncias brasileiras. De fato, a transferência da família real para o Brasil transformou o país em sede da coroa portuguesa. Para muitos estudiosos, essa mudança teria impulsionado a implementação de medidas administrativas, econômicas e culturais para estabelecimento da infra-estrutura necessária ao funcionamento do império. Neste contexto, a criação dos primeiros estabelecimentos de ensino superior buscava formar quadros profissionais para os serviços públicos voltados à administração do país. As áreas privilegiadas eram: medicina, engenharia e direito. Em 1808, segundo Silvia Figueirôa, foram criados os primeiros estabelecimentos de ensino médico-cirúrgico de Salvador e do Rio de Janeiro. Também no Rio de Janeiro, assistimos o desenvolvimento de outras iniciativas culturais e científicas, como a criação da Imprensa Régia, da Biblioteca Nacional e a publicação dos primeiros periódicos científicos.

Assim, pode-se argumentar que a vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, motivou a criação dos primeiros cursos superiores na colônia. Através da edição da Carta Régia de 05 de novembro de 1808, foi mandado estabelecer cursos para a formação de médicos no Hospital Militar do Rio de Janeiro, enquanto a Carta Régia, de 04 de dezembro de 1810, estabeleceu cursos de engenharia na Academia Real Militar. Esses cursos podem, não sem questionamentos, serem considerados o embrião da universidade brasileira. De fato, o Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915 preconizou a reunião da Faculdade de Medicina oriunda dos cursos do Hospital da Escola Politécnica (atual Escola de Engenharia) derivada dos cursos da Academia Militar e da Faculdade de Direito, esta resultante da fusão da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais com a Faculdade Livre de Direito, ambas reconhecidas pelo Decreto nº 639, de 31 de outubro de 1891. Por esta razão o ensino superior brasileiro começou com a junção de cursos profissionais (Medicina, Engenharia, Direito) aos quais se foram agregando outros cursos como Belas-Artes e Música.

Em 1822, época da independência do Brasil a nação contava tão somente com algumas escolas profissionais. Como Imperador D. Pedro I, não se criou uma única instituição de ensino superior no Brasil, resistindo, na prática, à idéia da universidade, muito embora o discurso, desde o trono, chega mesmo a argumentar sobre a conveniência de uma universidade para o “Norte” e outra para o “Sul” do país.

Discurso à parte, objetivamente, não se criou nenhuma instituição universitária no Brasil. Costuma-se observar que a transferência da família Real para o Brasil constituiu um marco fundamental em nossa história, trazendo grandes e profundas mudanças na estrutura política, econômica e social do país, porém na história do ensino superior brasileiro, praticamente nada se modificou na relação de dependência com a Metrópole. Conforme narra Cunha(2003):

No Brasil, o príncipe regente (a partir de 1817, rei D. João VI) não criou universidades, apesar de aqui reproduzir tantas instituições metropolitanas. Em vez de universidades criou cátedras isoladas de ensino superior para a formação de profissionais, conforme o figurino do país inimigo naquela conjuntura: de Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1808; e de Engenharia, embutidas na Academia Militar, no Rio de Janeiro, dois anos depois. Essas eram unidades de ensino de extrema simplicidade, consistindo num professor que com seus próprios meios ensinava seus alunos em locais improvisados. Foram as escolas, as academias e as faculdades, surgidas mais tarde, a partir das cátedras isoladas, as unidades de ensino superior que possuíam uma direção especializada, programas sistematizados e organizados conforme uma seriação preestabelecida, funcionários não-docentes, meios de ensino e local próprios. Em 1827, cinco anos depois da independência, o imperador Pedro I acrescentou ao quadro existente os Cursos Jurídicos em Olinda e em São Paulo, com que se completava a tríade dos cursos profissionais superiores que por tanto tempo dominaram o panorama do ensino superior no país: Medicina, Engenharia e Direito (CUNHA, 2003, 154).

Logo após a proclamação da independência, nos debates parlamentares, chegasse a propor a criação de pelo menos uma universidade no país. Conforme Xavier, (1992, p.30) foi na sessão de 14 de junho de 1823, que José Feliciano Pinheiro, então deputado pelo Rio Grande do Sul, apresentou uma ‘indicação’ pedindo a criação de pelo menos uma Universidade no país. O discurso proferido justificando tal pedido é por demais eloqüente e trazendo a tona questões sociais a que chama de “amarga conjuntura” que dificultam a continuidade dos estudos dos jovens brasileiros que não podem ir a Universidade de Coimbra.

Este projeto de lei, apresentado pela Comissão de Instrução Pública em 1823, mais precisamente, no dia 14 de junho, foi objeto de discussão, obtendo a aprovação após a inclusão de várias emendas. Todavia, às vésperas da promulgação da lei, o Imperador dissolveu a Constituinte. A íntegra do decreto aprovado pela Assembléia Constituinte e Legislativa, foi a seguinte:

- 1º Haverá duas Universidades, uma na cidade de São Paulo e outra na de Olinda; nas quais se ensinarão todas as ciências e belas-letas;

- 2º Estatutos próprios regularão o número e o ordenamento dos professores, a ordem e o arranjo dos estudos;
- 3º Em tempo competente se designarão os fundos precisos a ambos os estabelecimentos;
- 4º Entretanto, haverá desde já um curso jurídico na cidade de São Paulo, para qual o governo convocará mestres idôneos, os quais se governarão provisoriamente pelos estatutos de Coimbra, com aquelas alterações e mudanças que eles, em mesa presidida pelo vice-reitor, julgarem adequadas às circunstâncias e luzes do século;
- 5º Sua Majestade o Imperador escolherá, dentre os mestres, um para servir interinamente de vice-reitor. (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1823, p. 63).

Esta proposta, contudo, sofreu duras e sistemáticas negativas à sua implementação. Por exemplo, refratário ao projeto, o deputado Francisco Geacayaba Montezuma fez o seguinte pronunciamento:

Não se pense, porém, que nego a necessidade de ilustração nos brasileiros; antes porque a conheço é que me oponho ao estabelecimento de duas Universidades e aprovaria o estabelecimento de alguns colégios; antes dois quatro ou seis colégios do que duas Universidades (...) tem-se falado muito do atraso da educação primária da mocidade, falta de mestres, e de outras muitas coisas que tendem a mostrar que ainda não podemos ter duas Universidades; pois se a Nação ainda não está preparada, se ainda suas rendas públicas não estão florescentes que possam sustentar duas Universidades, que necessitam grandes somas não só para a sustentação de mestres, mas para outras muitas coisas, como são livrarias, museus, instrumentos etc., que tudo custa grande cabedal, como se assenta que as devemos estabelecer? (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1823, p. 168).

Por sua vez, os deputados favoráveis ao projeto, encontraram nas palavras do representante de Minas Gerais, Antonio Gonçalves Gomide, uma clara, afirmativa e *ilustrada* defesa de sua implementação:

A instrução pública e a difusão das luzes é o primeiro dever dos governos. Todas as virtudes cívicas e morais das nações se desenvolvem na razão direta de suas luzes (...) Eis porque a Comissão, da qual tenho a honra de ser membro, julgou urgente a criação de Universidades (...) Nunca faltarão fundos para semelhantes fundações à Nação que aspira elevar-se a uma representação majestosa. O avaro mais isolado e egoísta não achará pesada a contribuição exigida para a instrução pública, e posso informar que muitos cidadãos generosos da minha província e comarca se dispõem a prestar generosos donativos para tão interessantes estabelecimentos (ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO, 1823, p. 169-170).

A mentalidade reinante, mesmo com o advento da independência, traduzia a idéia de que os “brasileiros eram portugueses do Brasil”. Neste sentido, a Assembléia Constituinte e Legislativa, no dia 12 de novembro de 1823, acabou dissolvida, sem condições de promulgar o único projeto de instrução pública que debateu, elaborou e aprovou, exatamente aquele que versava sobre a criação da Universidade. Refletindo sobre os resultados dos debates educacionais na Assembléia Constituinte, escreve Moacyr (1936,p;220): “ *Da algazarra patriótica apurou-se uma lei abolindo os privilégios do Estado para dar instrução, permitindo a abertura de escolas primárias independentes de exames, licença e autorização do governo (não encontramos na Legislação a lei de 21 de outubro de 1825) e a aprovação do projeto criando duas Universidades, projeto não sancionado*”.

A carta constitucional, promulgada em 1824, que vigorou durante os sessenta e cinco do regime imperial, alheia aos debates sobre a importância da criação de *Universidades no Império do Brasil*, sobre a educação, modestamente prescreveu: “a instrução primária é gratuita para todos os cidadãos” (ALMEIDA, 1954,p.49).

Para nossas elites políticas e governamentais, na primeira década do século XIX, fortemente influenciadas pelo pragmatismo colonial, os cursos profissionais de Medicina, Direito, Engenharia, Minas e Agronomia eram os que, de fato, deveriam ser criados no país recém liberto. Principalmente, porque faltariam recursos econômicos e condições culturais para o desenvolvimento desinteressado da experiência universitária, com suas pesquisas. Por volta de 1847, a temática voltou a ser debatida pelos deputados. Em 1870, foi a vez do ministro Paulino José Soares de Souza que, num dos seus relatórios, procurou apontar a necessidade da criação de um Conselho Superior de Ensino, além de retomar a idéia de criação de uma universidade na corte. Partindo das propostas contidas nesse relatório, acabou sendo elaborado mais um projeto de criação de uma universidade na capital do Império, que também acabou sendo arquivado.

É interessante notar que, neste mesmo relatório, Rui Barbosa chama a atenção para os valores culturais e morais que estariam presentes na proposta de criação da universidade no Brasil. Num segundo relatório, produzido em 1882, será novamente mencionado o desejo de se criar à universidade. Analisando tal perspectiva, Spencer Maciel, como político e pensador, argumenta que, no Brasil daqueles dias, não adiantaria criar a instituição universitária sem uma séria reforma de ensino em todos os seus níveis. Estes argumentos revestem-se muito mais de aspectos morais do que, certamente, de uma compreensão do papel e relevância social que a criação da universidade poderia ter alcançado, naquele momento, na vida nacional.

Inúmeras propostas foram feitas, nenhuma foi capaz de ter êxito. O fim do século XIX começava a se aproximar e, com ele, o desmonte do Império. Nas

vésperas do advento da República, tínhamos seis instituições de ensino superior: Direito nas cidades de São Paulo e Recife; Medicina do Rio e Bahia; a Politécnica (Engenharia) do Rio; e a Escola de Minas do Ouro Preto. Até aquele momento, não existia no país, nenhuma universidade.

As transformações do Ensino Superior brasileiro nas primeiras décadas republicanas.

Com a proclamação da República, em seus primeiros anos, novas tentativas são feitas na busca da criação de universidades no Brasil. Todas infrutíferas. Todavia, em 1915, o problema da criação da instituição universitária, tomou contorno legal através do artigo 6º, do decreto nº 11.530, de 18 de março, onde se reuniu em universidades às escolas politécnicas e de medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das faculdades livres de direito, evidentemente, sem constituir uma verdadeira universidade. Neste mesmo período, não deixa de ser pitoresco, o seguinte episódio: com o objetivo de conferir o título universitário de *doutor honoris causa* ao rei Albert da Bélgica, foi criada a Universidade do Rio de Janeiro pelo Decreto nº 14.343, de 07 de setembro de 1920, reunindo as instituições acima mencionadas. Um gesto como este, não poderia corresponder à universidade desejada e preconizada, há muito, pela intelectualidade brasileira favorável ao seu desenvolvimento.

Nos primeiros anos da República, o governo federal investiu na criação de escolas técnico-profissionais, abriu mão da criação de ginásios ou escolas secundárias. No que se refere ao ensino superior, preservou a perspectiva de ensino utilitário de preparo profissional, sem cuidar daqueles outros aspectos da cultura, da pesquisa, da ciência e da tecnologia. Incrivelmente perdurava, ainda, a concepção do Conselheiro A. de Almeida Oliveira, tornada pública no Congresso de Educação de 1882: “Nós não podemos ter universidade porque não temos cultura para tal. A universidade é a expressão de uma cultura do futuro que já não precisa mais dela” (Apud. TEIXEIRA, 1989).

De fato, é interessante notar que, segundo Anísio Teixeira, enquanto o consenso social em torno dessas escolas de ensino superior isoladas e fechada, destinada à formação da elite pela cultura superior nas profissões liberais, pôde ser mantido, as escolas superiores foram poucas e desempenharam as suas funções sociais com zelo e razoáveis resultados. Ainda para este autor, a expansão do ensino superior se fez sem plano de previsão, não decorreu de ato legal determinado, nem refletiu o longo debate educacional que se iniciou na década de 20 e não mais se interrompeu até a votação da Lei de Diretrizes e Bases em 1961. Anísio Teixeira nos informa também que a real concepção da escola superior no Brasil parece ter sido, desde o princípio, a de um organismo composto de

cátedras de certas matérias, que constituíam o currículo do curso único oferecido pela escola. Criado o catedrático e o currículo único do curso, cada escola não poderia crescer além da capacidade individual do catedrático. Multiplicar os alunos seria imediatamente deteriorar o ensino, pelo aumento da relação professor-aluno. A ampliação só se podia fazer com criação de uma nova escola. Na argumentação elaborada por Anísio Teixeira, parece ficar evidente que a idéia da cátedra como propriedade vitalícia pode ser discutida, mas não é, pois representa privilégio e segurança do docente, o qual tendo as necessárias condições de competência e devotamento, encontram na instituição da vitaliciedade a segurança, liberdade e independência de que precisam para ser um verdadeiro professor universitário.

Também de acordo com Anísio Teixeira, a idéia de propriedade de cátedra, no Brasil, vem desde 1827, com a criação dos cursos jurídicos. É retomada no Estatuto das universidades Brasileiras o qual preconizava que a vitaliciedade não seria apenas admitida por concurso, mas após 10 anos de atividades docentes. Com o crescimento corrente dos conhecimentos humanos, isso seria inevitável, pois nenhuma cabeça domina hoje todos os conhecimentos em sua matéria. O problema da cátedra foi sacramentado, segundo apreciação do professor M.L.A. Fávero, na Constituição de 1946 e subsistiu até a aprovação da Lei Básica da Reforma Universitária, quando ela é extinta na organização do ensino superior brasileiro. Em alguns casos, a cátedra constituía verdadeiro quisto dentro das escolas superiores. A partir de 1946, a Constituição estendeu também ao ensino superior a exigência do concurso de títulos e provas para o provimento de cátedras (FÁVERO, M. L. A, 1980).

Finalmente, na opinião de Anísio Teixeira, o crescimento das universidades, fez-se pela multiplicação dos estabelecimentos existentes, pela criação de estabelecimentos novos até então e sua imediata multiplicação, e pela diversificação de curso nos estabelecimentos com currículos diferenciados, como a Faculdade de Engenharia, a de filosofia, a de Economia e a de Arte (TEIXEIRA, 1989).

A idéia de Universidade: Gêneses das primeiras instituições no Brasil.

Na brevíssima história da universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro pode ser considerada a primeira tentativa de se criar uma instituição universitária, sob os auspícios do Governo Federal. Houve mesmo a sua instituição legal, através do Projeto relativo ao ensino superior, que se encontrava dividido em três decretos: um geral de nº 19.851, outro de nº 19.852, que fala precisamente da reorganização da Universidade do Rio de Janeiro e do ensino superior brasileiro e um terceiro de nº 19.850, que tinha como incumbência criar o conselho brasileiro de educação, além de definir suas funções.

Ao iniciar a década de 1930, o Brasil se encontra num momento crítico, marcado por profundas tensões políticas, econômicas e sociais, inclusive, com fortes reflexos no que se refere ao ensino superior. Foram criadas pouco mais de vinte instituições com essas características até o final da década de 1920. Inadvertidamente, o governo da República dá o nome de universidade às escolas profissionais que havia no Rio de Janeiro. Porém, este é o instante que marca de transição de toda uma época: da era das instituições de ensino superior isoladas e com responsabilidades técnicas e restritas, para os desafios de uma nova era, aquela capaz de preconizar e trabalhar pela institucionalização da vida universitária brasileira.

Num período profundamente marcado pelo autoritarismo, a chamada *Revolução de 1930*, que fez com que Getúlio Vargas chegasse ao poder. Sobre a temática da Educação Superior, convém lembrar que à época contávamos com apenas duas universidades: a do Rio de Janeiro, criada em 1920 e a de Minas Gerais, criada em 1927 (Cunha, 2003).

A idéia de Universidade na concepção Humboldtiana em meados dos anos 30, surgem as primeiras experiências ou tentativas de superação do modelo de organização universitária até então existente, com a criação das universidades de São Paulo e do Distrito Federal. Para a maioria dos analistas, com a fundação da Escola de Filosofia, Ciências e Letras em 1934, que passou a integrar a Universidade de São Paulo (USP), e a criação da Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro (UDF) em 1935, passaram a existir no Brasil, instituições que pudessem ser qualificadas, pelas suas características estruturais e culturais, com o nome de Universidade.

A Universidade do Distrito Federal, projetada por Anísio Teixeira, teve uma vida extremamente curta. Ela foi criada, oficialmente, pelo Decreto Municipal nº 5.513, de 04 de abril de 1935, do prefeito Pedro Ernesto, constituindo-se pelas escolas de Ciências, Educação, Economia e Direito, Filosofia e Instituto de Artes.

Entre os seus principais objetivos tínhamos: a) promover e estimular a cultura de modo a concorrer para o aperfeiçoamento da comunidade brasileira; ·b) encorajar as pesquisas científicas, literárias e artísticas; ·c) propagar a aquisição da ciência e das artes pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão; ·d) formar profissionais e técnicos nos vários ramos de atividade que suas escolas comportassem; e) prover a formação do magistério em todos os seus graus.

Estes compromissos confirmam que, naquela oportunidade, se buscava implantar no Brasil um verdadeiro projeto de Universidade. Originalmente publicadas pelo *Boletim da Universidade do Distrito Federal*, são eloquentes e, principalmente, representativas do ideal de universidade que ecoavam nas seguintes

palavras do professor Anísio Teixeira, idealizador da UDF, na inauguração de seus cursos em 31 de julho de 1935:

(...) a Universidade do Distrito Federal vem preencher uma necessidade profunda do país, que sua marcha se fará, a despeito de quaisquer dificuldades materiais e de quaisquer obstáculos opostos pelos que sonhavam um instrumento semelhante, para afeiçoá-lo aos seus desígnios ou aos seus propósitos sectários. Porque, forçoso é repetir, a universidade, como instituição de cultura, deverá estar na encruzilhada do presente. Ela não se constitui para isolar da vida e torná-la a mestra da experiência. Seus problemas serão os problemas de hoje, examinados à luz da sabedoria do passado. A serviço do presente e do futuro, a universidade não deseja, entretanto, constranger o porvir dentro de fórmulas apriorísticas ou pré-determinadas. Muito ciosa das conquistas feitas de liberdade de pensamento e de crítica, a universidade não as dispensa para viver. Não terá ela nenhuma ‘verdade’ a dar, a não ser a única verdade possível que é a de buscá-la eternamente. Fiel, assim, à grande tradição universitária da humanidade, havia de, por certo, desgostar aos que querem diminuir o Brasil até ajustá-lo aos limites de suas ideologias pessoais e de suas pessoais inquietações. (TEIXEIRA, 1998, p. 100-102).

Pode-se dizer que, em que pese à brevidade de sua existência, a UDF proporcionou o desenvolvimento de uma experiência cultural³ e acadêmica até aquele momento sem precedentes em nossa história universitária. De acordo com Nunes (1998), a universidade dispunha de uma escola de educação, uma escola de ciências, uma escola de filosofia e letras, uma escola de economia e direito e um instituto de artes. “*Em todas predominava o desejo do exercício da liberdade de pensamento e da crítica, num momento político particularmente difícil, uma vez que o pensamento autoritário crescia dentro do Estado*” (...) *apesar do discurso ‘pluralista’ que aparece na Reforma Francisco Campos.*⁴

³ Como comenta Luciano Martins, a tentativa de construção de um campo cultural através dessa universidade trazia duas marcas fundamentais: já era politizado antes mesmo de se estruturar e já era concebido mais como instrumento político do que como lugar de produção científica. Aliás, esta última característica, ao lado de outras, segundo Sérgio Miceli, diferencia esta iniciativa em relação à universidade paulista que lhe antecedeu em 1934. Nos seus curtos e turbulentos quatro anos de existência, pois seria incorporada à Universidade do Brasil em 1939, ela encarnou a ambigüidade e a rebeldia de uma instituição que surgia dentro do Estado, mas pretendia ser autônoma em relação a ele (NUNES, Clarise (1998) *Universidade Pública: O que foi silenciado in: Teixeira Anísio a Universidade Ontem Hoje* (1998) Rio de Janeiro RJ: Educat, pp. 21-22).

⁴ Vale aqui ressaltar que essa reforma caracterizou-se, segundo Clarice Nunes, “como um processo de reinvenção escolar (e social) cuja direção se deu no sentido de: - empurrar a escola para fora de si mesma, ampliando sua área de influência na cidade; atravessar o espelho da cultura européia e norte-americana para elaborar um conhecimento instrumental sobre a realidade e a educação brasileiras; retirar o controle da educação da tutela da Igreja; construir representações sobre a escola e a sociedade, criando saberes e definindo prioridades; lutar contra os destinos escolares, procurando quebrar as barreiras hierárquicas impostas por uma rígida divisão social; descentralizar a responsabilidade da gestão do ensino pública” (NUNES, Clarise (1998): Op. cit., p. 20).

Nascida numa época conturbada política e socialmente, com manifestações explodindo por todos os cantos do país, a UDF acabou mesmo tendo sua existência abreviada. Com os seus professores perseguidos política e ideologicamente, por decisão do Decreto-Lei nº 1.063, de 20 de janeiro de 1939, seu patrimônio foi sumariamente transferido para os estabelecimentos de ensino da Universidade do Distrito Federal para a Universidade do Brasil, recém-criada pela Lei 452 de 05 de julho de 1937, votada pelo Parlamento.

A Universidade do Brasil, primeira instituição universitária federal, constituiu-se através das oito unidades existentes na Universidade do Rio de Janeiro, naquele momento denominadas Faculdades Nacionais, às quais foram acrescentadas outras sete, e entre elas a Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi). Foi nesta instituição que começaram a ser desenvolvidos programas de pesquisa de caráter “desinteressado”, conforme expressão de Raul Bittencourt, referindo-se a UDF: “(...) sazou um ambiente de compreensão que não mais permitia a inexistência, na Capital Federal e na Universidade Federal, de uma faculdade onde a cultura encontrasse a sua forma mais alta e desinteressada”.

Como vimos, ao longo da década de 1930, instalou-se um novo momento político no Brasil e o país experimentou um período de intensas e marcantes transformações nas esferas econômico, social, política, cultural e educacional. Em que pese o fato do regime autoritário tenha, substancialmente, controlado todo cenário político e à revelia das condições extremamente adversas impostas pelo regime Vargas, na área educacional os dissidentes foram capazes de apontar e encaminhar reformas expressivas nas instituições oficiais. Entre tantos e fervilhantes eventos, merecem ser lembrados: a criação do Ministério da Educação e Saúde, as primeiras instituições universitárias brasileiras, a implantação da gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, a introdução do ensino profissionalizante para as camadas proletarizadas da população.

Na opinião de Antonio Candido (1975), as aspirações de renovação vindas da década anterior, antes restrita à vanguarda, atingiram uma escala mais ampla e o que era exceção passou a norma. Para a década de 1930 se constituiu num importante referencial no quadro da cultura no país; eles são um “eixo em torno do qual girou, de certo modo, a cultura brasileira catalisando elementos dispersos para dispô-los numa configuração nova”.

Com formidável repercussão nas esferas da cultura e da educação, esta última profundamente influenciada pelos princípios renovadores que nortearam as propostas de reforma educacional, tais perspectivas de mudanças correspondem a iniciativas já apresentadas na década de vinte, caracterizada por Fernando de Azevedo como o período do “movimento pela renovação educacional”. Isto fica por demais evidente quando damos atenção para eventos como as Conferências

Nacionais de Educação, realizadas pela Associação Brasileira de Educação (1927, 1928, 1929); o inquérito “O Problema Universitário Brasileiro” (1928); o Inquérito do Rotary Clube de São Paulo (1929); o Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo (1926) integraram os esforços de ruptura e renovação que se desenvolveram ao longo deste período. Em resumo, estes acontecimentos, se por um lado, contemplavam a imperial responsabilidade de instalar e difundir plenamente a instrução elementar, por outro, pressupunham a redefinição e o aumento de carreiras de nível superior.

Ainda neste contexto cabe destacar uma reforma local ocorrida em São Paulo, promovida por Sampaio Dória, em 1920, visando combater o analfabetismo e tornando obrigatório o ensino primário. Das iniciativas importantes para a compreensão e desenvolvimento da educação vigente, esta a criação da Universidade de São Paulo, que será destacada a seguir.

A criação da Universidade de São Paulo - USP

Ironicamente, a derrota de São Paulo em 1932, naquela que ficou conhecida como a *Revolução Constitucionalista* e, conseqüentemente, a restrição de sua participação no cenário político nacional coincidiu, no entanto, com o florescimento de instituições científicas e educacionais. Logo, em 1933, foi criada a Escola Livre de Sociologia e Política, destinada a formar técnicos para a administração pública. A Universidade de São Paulo foi criada em 1934 baixo a um contexto marcado por importantes transformações sociais, políticas e culturais, pelo decreto estadual nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934, por decisão do governador de São Paulo, Armando de Salles Oliveira. Teve como mentor intelectual Júlio Mesquita Filho, então diretor do Jornal O Estado de S. Paulo, que publicava ostensivamente artigos e estudos sobre os problemas do ensino superior e universitário no Brasil favoráveis à criação de uma universidade em São Paulo.

Ainda segundo os documentos oficiais da Universidade de São Paulo, o primeiro reitor a administrar a instituição foi Reynaldo Porchat, da Faculdade de Direito, e a primeira aula inaugural foi ministrada pelo professor francês Pierre Deffontaines, da cadeira de Geografia Física e Humana. A USP, como se tornou conhecida, iniciou suas atividades com algumas escolas já existentes, sendo a mais antiga a Faculdade de Direito, que data de 1827, e com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, instituição à qual caberia a missão de integrar os conhecimentos literários, humanísticos e científicos da nova universidade, que mais tarde se subdividiram em unidades autônomas. Vários professores estrangeiros (França, Itália, Alemanha), hoje alguns de renome internacional e, muito deles, atualmente considerados clássicos em suas respectivas áreas, fizeram parte da missão estrangeira que compunha parte significativa do quadro docente da recém criada instituição.

O processo de implantação da Universidade de São Paulo⁵ é analisado da seguinte forma pelo professor Luiz Antônio Cunha:

Em 25 de janeiro de 1934, um decreto estadual criou a Universidade de São Paulo, incorporando-lhe as seguintes escolas superiores existentes: Faculdade de Direito, Escola Politécnica, Escola Superior de Agronomia, Faculdade de Medicina e Escola Veterinária. O Instituto de Educação foi elevado à categoria de escola superior e incorporado à universidade como Faculdade de Educação. Já no âmbito da nova universidade, foram criados a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais e a Escola de Belas Artes. Diversos institutos de pesquisa-científica mantidos pelo governo estadual foram ligados à universidade como entidades complementares, dentre eles os seguintes: Instituto Biológico, Instituto de Higiene, Instituto Butantã, Instituto Agrônomo de Campinas, Instituto Astronômico e Geofísico, Instituto Radium, Instituto de Pesquisas Tecnológicas e o Museu de Arqueologia, História e Etnografia. A criação da Faculdade de Educação e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras realizou antigo projeto de Fernando de Azevedo, importante educador e membro da comissão de criação da USP. Para ele, a Faculdade de Educação seria o centro de formação de professores para o ensino secundário. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, concebida como o ‘coração da universidade’, seria o lugar onde se desenvolveriam ‘os estudos de cultura livre e desinteressada’. Nela funcionaria uma espécie de curso básico, preparatório a todas as escolas profissionais, assim como para os seus próprios cursos. Lá os alunos estudariam as matérias fundamentais de todos os cursos, após o que se encaminhariam para as faculdades propriamente profissionais. Essa forma de integração dos cursos seria uma espécie de anteparo diante das tendências desagregadoras impostas pela crescente especialização do saber, capazes de atingir até mesmo o saber ‘desinteressado’, cultivado na própria Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Para integrar o corpo docente da nova universidade foram contratados, logo no primeiro ano de funcionamento, 13 professores europeus (seis franceses, quatro italianos e três alemães). De 1934 a 1942, trabalharam na Universidade de São Paulo 45 professores estrangeiros, mais alguns assistentes de laboratório. Nesse último ano havia 22 professores estrangeiros na universidade, seis dos quais desde a sua criação (CUNHA, 2003, p. 167-168).

⁵ A USP é hoje e sempre procurou ser uma instituição viva que cresce e se renova com a chegada das novas gerações de estudantes e de pesquisadores, porém já alcançou nessas quase sete décadas de existência a maturidade plena e equilibrada para traçar linhas sólidas para o futuro. Para maiores detalhes históricos desta universidade, confira em seu sítio as diversas crônicas (www.usp.br).

Atualmente a Universidade de São Paulo é, reconhecidamente, a maior instituição de ensino superior e de pesquisa do país. É a terceira da América Latina e, segundo o seu anuário de 1999, está classificada entre as primeiras cem organizações similares dentre as cerca de seis mil existentes no mundo. A USP tem projeção marcante no ensino superior de todo o continente, forma grande parte dos mestres e doutores do corpo docente do ensino particular brasileiro e carrega um rico lastro de realizações, evoluindo nas áreas da educação, ciência, tecnologia e artes.

A USP, ao longo dessas décadas vem, em meio a embates e crises, cumprindo fielmente os objetivos para os quais fora criada: promover a pesquisa e o progresso da ciência; transmitir pelo ensino conhecimentos que enriqueçam ou desenvolvam o espírito e que sejam úteis à vida; e formar especialistas em todos os ramos da cultura e em todas as profissões de base científica ou artística. A tônica da instituição é “Vencerás pela ciência”. Está em seus objetivos desenvolver um ensino vivo, acompanhando as transformações na área do conhecimento e mantendo-se em permanente diálogo com a sociedade, numa produtiva integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Para execução de seus objetivos a Instituição conta com unidades de ensino distribuídas, ao longo de seis *campi*⁶ universitários, localizados na capital e no interior do Estado. Oferece cursos de bacharelado e de licenciatura em todas as áreas do conhecimento. Na pós-graduação, dez dos vinte e três programas nacionais receberam nota máxima atribuída pela Coordenação de Cooperação de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério de Educação.

Conforme os dados do anuário estatístico da USP de 2003 foram oferecidos em conjunto nas unidades de ensino e de pesquisa cerca de 726 cursos, sendo 200 de graduação, frequentados por cerca de 75.962 estudantes: 44.696 de graduação; 31.266 de pós-graduação, dos quais 12.284 de mestrado e 12.028 de doutorado. A USP titula atualmente 11.045 estudantes (5.515 concluintes de graduação; outorga 5.530, sendo 3.366 mestrado e 2.164 doutorados). Em recursos humanos, a comunidade uspiana é constituída por 4.953 professores e 14.905 funcionários.

⁶ Um *Campus* na capital do Estado, SP, e cinco no interior do estado, nas cidades de Bauru, Piracicaba, Pirassununga, Ribeirão Preto e São Carlos. A Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, na capital, concentra a infra-estrutura administrativa da universidade, além de 23 das 35 unidades de ensino. A cidade de São Paulo tem ainda quatro grandes unidades de ensino que ficam fora do campus universitário. Há também algumas bases científicas e museus em outras cidades, como Anhembi, Anhumas, Araraquara, Cananéia, Itatinga, Itirapina, Piraju, Salesópolis, São Sebastião, Ubatuba e Valinhos, e ainda em Marabá, estado do Pará (ANUÁRIO, 1999). Atualmente, a USP conta com mais um *campus* na capital, inaugurado em 2004, localizado na zona leste, periferia da Cidade. Região essa que concentra uma das maiores faixa da população carente do estado de São Paulo.

Para dar apoio e suporte às atividades de pesquisas, a USP agregam no *campus* de São Paulo, a Escola de Aplicação, da Faculdade de Educação, que se dedica ao ensino fundamental e médio, e a Escola de Arte Dramática, um colégio técnico profissionalizante, da Escola de Comunicações e Artes.

Em resumo, podemos afirmar que o Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, não teve suas intenções plenamente realizadas na Universidade do Rio de Janeiro, que não chegou nem mesmo a implantar sua espinha dorsal, a Faculdade de Ciências, Letras e Educação. Ao contrário, as decisões políticas de 25 de janeiro de 1934, de Armando de Salles Oliveira, deram origem à USP como instituição integral e, assim, a concepção e o ideal humboldtiano⁷ de Fernando de Azevedo e tantos outros pôde, enfim, se realizar. Foi desta forma, que ao traçarmos um panorama histórico da universidade brasileira, não poderíamos deixar de mencionar um dos seus marcos fundamentais: a Universidade de São Paulo. Foi ela uma das primeiras sementes que, lançadas em solo nacional, germinou floresceu e frutificou.

A universidade brasileira no século XX: lutas políticas, crises e reformas.

Durante a vigência do chamado *Estado Novo*, que perdurou entre 1937 e 1945, o Brasil foi regido por uma Carta constitucional de caráter autoritário, que na ótica de alguns historiadores, tinha uma nítida inspiração fascista, instalou no país uma ditadura. A representação parlamentar federal, as assembléias legislativas estaduais e, até mesmo, as câmaras municipais deixaram temporariamente de existir. O próprio presidente da república, Getúlio Vargas, passou a legislar nos mais variados assuntos através de famigerados decretos-leis e a intervir diretamente nos governos estaduais, nomeando e destituindo governadores, de acordo com as suas próprias conveniências e interesses políticos e econômicos. O estado de emergência era mantido, produzindo a suspensão das liberdades civis que, formal e literariamente, a Constituição assegurava.

A repressão era total contra todas as forças políticas que discordavam do ideário varguista. Prova disto foi o fechamento dos núcleos nacionais da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 11 de junho de 1935. Após este gesto repressivo, diferentes núcleos da ANL, predominantemente, formados por membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tomaram a decisão de organizar uma insurreição sob o comando de Luiz Carlos Prestes, que se encontrava clandestinamente no país, com o apoio de militantes comunistas de diferentes países. O movimento foi deflagrado no dia 23 de novembro de 1935, na cidade

⁷ Sobre este conceito conferir, especialmente, GASPER, Gerhard & HUMBOLDT, W. (1997): *Um mundo sem universidades?* Rio de Janeiro. Ed. UERJ.

de Natal, localidades aonde os insurgentes chegaram mesmo a constituir uma junta governativa que, contra todo tipo de adversidade, permaneceu no poder durante quatro dias. A insurreição foi fácil e duramente derrotada pelo governo de Vargas, que, utilizando-se de agentes infiltrados soube com antecedência dos seus preparativos. Esta derrota propiciou o desencadeamento de uma intensa perseguição ao movimento operário, popular e a oposição em geral, que culminou na prisão e tortura de muitas pessoas, entre elas Prestes e sua companheira Olga Benario⁸. Alemã de nascimento, tragicamente foi entregue à Gestapo, temida polícia secreta de Hitler. Como judia foi presa e acusada de comunista, e, executada na Alemanha em 1942, logo após o nascimento de sua filha.

Políticos liberais também foram presos ou expulsos do país, entre os quais Armando Salles Oliveira e Otávio Mangabeira, porém a repressão era intensificada pela polícia contra todos aqueles que eram acusados de comunistas. Foi no início desta conjuntura de prisões arbitrárias, torturas e desenfreada repressão política que os estudantes universitários brasileiros colocaram-se, resolutamente, como protagonistas⁹ das lutas sociais brasileiras e, notadamente, produziram as críticas mais contundentes às práticas desenvolvidas nas instituições de ensino superior e suas relações com o Estado.

O Governo Vargas nunca abriu mão de também controlar o movimento estudantil, inclusive estimulando a fundação e o desenvolvimento das atividades da União Nacional dos Estudantes. Porém, isto não era tão elementar ou mesmo fácil de realizar. Os choques acabariam sendo inevitáveis, principalmente no que diz respeito aos temas relativos à organização educacional universitária brasileira, apresentados no segundo congresso nacional de estudantes, quando da criação da UNE¹⁰, conforme analisa Cunha (2003)

⁸ Sobre a biografia de Olga, além das obras escritas, indicamos aqui a produção filmica, lançada o ano passado no Brasil.

⁹ Conforme Cunha, em 1929, cinco estudantes do Rio de Janeiro, representantes de um comitê pró-democracia universitária, fundado e dirigido por um professor da Faculdade de Medicina, foram a Porto Alegre apresentar ao candidato a presidente da República, Getúlio Vargas, uma plataforma em tudo distinta dos princípios orientadores da Aliança Liberal, que viria a desembocar na Revolução de 1930. A demanda dos estudantes não foi aceita, devido à prevalência de orientações autoritárias naquela corrente política (a despeito do nome), ainda mais acentuadas no governo provisório. Vinte anos depois da Carta de Córdoba, seu conteúdo reapareceu no congresso onde foi criada a União Nacional de Estudantes como 'Plano de sugestões para uma Reforma Educacional Brasileira'. No ano seguinte ao da inauguração do Estado, no auge da onda repressiva que ele desencadeara e de que se alimentava, foi criada a União Nacional de Estudantes - UNE. Até então, as entidades estudantis eram de caráter estritamente local, com objetivos assistencialistas, desportivos ou culturais. A dispersão geográfica das instituições de ensino superior, a tardia e parcial reunião em universidades não proporcionavam um associativismo de outra qualidade. Nem mesmo a obrigatoriedade de existência dos diretórios acadêmicos para regular o funcionamento das faculdades e universidades, determinada pelo *Estatuto* de 1931, foi capaz de mudar esse quadro CUNHA, Luis Antonio. (2003): "Ensino Superior e Universidade no Brasil" In LOPES, Melfaria Filho, L. M.; Vereia, G.C. (Orgs) *500 Anos de Educaçao no Brasil*, 3ª Edicao Belo Horizonte: autentica, p. 169.

¹⁰ Em 5 de dezembro de 1938, reuniu-se o 2º Congresso Nacional de Estudantes, composto de representantes do ministro da educação e de delegados de 80 centros acadêmicos e associações estudantis. A tese mais importante dentre as apresentadas no congresso foi a da criação da União Nacional dos Estudantes, desde logo aprovada, inclusive o estatuto da nova entidade.

A proposta continha, ademais, todo um projeto de política educacional que em nada coincidia com o da política autoritária de Vargas, particularmente a expressa no Estatuto de 1931. Defendia-se nele a universidade aberta a todos; a diminuição das ‘elevadíssimas e proibitivas’ taxas de exame e matrícula, as quais faziam a seleção pelo nível de renda em vez das ‘capacidades comprovadas cientificamente’; a vigência nas universidades do ‘exercício das liberdades de pensamento, de cátedra, de imprensa, de crítica e de tribuna’; o rompimento da dependência da universidade diante do Estado, propondo a eleição do reitor e dos diretores das faculdades pelos corpos docente e discente representados no conselho universitário; a livre associação dos estudantes dentro da universidade, com participação paritária nos conselhos universitários e técnico-administrativo; a elaboração dos currículos por comissões de professores especializados e representantes estudantis; o aproveitamento dos ‘estudantes mais capazes’ como monitores e estagiários em cargos a serem criados(CUNHA, 2003, p. 169).

Ainda que as condições políticas fossem precárias para a aprovação de uma proposta reformista, isso possibilitou as sinalizações para uma reflexão crítica e radical do ensino superior no país, retomada pelo movimento estudantil na década de 60, agora com o apoio dos professores e os pesquisadores, que se tornaram também protagonistas dessa história.

Nos 40, o Estado Novo alcançava alguma estabilidade, graças não apenas aos mecanismos de intensa repressão aos seus opositores, mas ao desenvolvimento de uma consciente política de conciliação, buscada por Vargas entre os diferentes segmentos das classes dominantes. Talvez por essa razão, ele passou a ser caracterizado como um político “generoso”, “homem forte e não homem de força” e uma série de outras adjetivações benevolentes. Jornais, como *O Estado de São Paulo*, como tantos outros sob intervenção do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP – publicava editoriais de exaltação ao seu “espírito conciliador”:

Homem sem ódio e sem vaidade; dominado pela preocupação de fazer o bem; servido por um espírito de tolerância exemplar, sistematicamente devotado ao serviço da Pátria, não é de estranhar a situação exemplar privilegiada que desfruta na família brasileira.(CUNHA, 2003 *Apud* CARONE. *O Estado Novo*. 1976, p. 167).

O DIP e outras instituições controladas pelo governo procuravam controlar rigidamente toda vida nacional. Tais instituições funcionavam como excelentes “aparelhos ideológicos do Estado”. O principal objetivo era formar uma imagem favorável do governo, de modo a conseguir o reconhecimento da sociedade

brasileira. Diferentes livretos de propaganda foram publicados pelo DIP, que os distribuía massivamente nos sindicatos, escolas e clubes, também eram usuais as realizações de palestras enaltecendo as realizações do governo. O papel de Getúlio Vargas era sempre muito exaltado: “guia da juventude brasileira”, “Grande pai”, “apóstolo nacional”, “reformador”, “pacifista” e outras terminologias e denominações eram utilizadas na criação do mito que Getúlio Vargas acabou se constituindo. As metodologias persuasivas eram tão eficientes e decisivas quanto as repressivas.

Ao final da década de 1950, a insatisfação de muitos com os rumos tomados pela universidade brasileira, trouxe à cena um forte sentimento visando a sua reestruturação. Neste sentido, o ano de 1961 é muito importante. Neste momento, as melhores propostas e experiências acadêmicas são re-visitadas com a criação da Universidade de Brasília. Apresentando uma concepção mais próxima do que se deveria buscar em matéria de universidade: Instituições integradas, orgânicas e atuantes. Na opinião de muitos analistas, a perspectiva de estrutura integrada de universidade em 1961 com a criação da Universidade de Brasília colocam a moderna idéia de universidade onde a cultura científica passa a ser o traço fundamental, integrada à profissionalização dos seus frequentadores. Na argumentação de Anísio Teixeira, somente ao iniciar-se a década de 1960 ressurgiu a idéia de universidade, retomando o espírito da década de 1930. Surge, dentro de um modelo adequado, a Universidade de Brasília, criada no mesmo momento em que se elaborava a Lei de Diretrizes e Bases da educação, a qual, não consagrava estruturas idênticas à daquela universidade. Ao lado dessa nova universidade continua a expansão do ensino superior dentro dos moldes anteriores, que a Lei de Diretrizes e Bases não chegara a modificar.

A história da Universidade de Brasília (UnB) traz, talvez como em nenhuma outra instituição universitária federal, em sua história profundas marcas da política de desenvolvimento autoritário e conservador que imperou no país com a instalação, em 1964, de um novo regime ditatorial. Entretanto, é necessário frisar que, em contraposição aos modelos até então existentes de universidade, na década de 1960 a UNB surge com uma proposta, idealizada por Darcy Ribeiro e Frei Mateus Rocha, que buscava criar a universidade necessária para uma nação independente: mais democrática e com maior autonomia. A “universidade necessária” ficou no projeto, visto que a “universidade construída” durante o regime militar foi bastante diferente. Duramente atacada, a UnB tornou-se por meio do movimento estudantil e docente um importante foco de resistência à ditadura na própria capital da República.

De fato, todo este período foram nitidamente marcados por um profundo autoritarismo, pela derrubada do governo Goulart, governo constitucional e democraticamente eleito, como desfecho de uma prolongada crise político-

institucional, aprofundada desde a renúncia de Jânio Quadros em 1961. Essa crise política combinava-se com os problemas decorrentes de uma clara retração das atividades econômicas no país. Em 1968, os tanques invadem e ocupam a Universidade de São Paulo – USP, e os estudantes, saíram às ruas protestando contra a Lei Suplicy, o acordo MEC-USAID, que visava a reformulação da universidade brasileira, além dos protestos contra o aparato ditatorial que se manifestava em todo o país. Conforme indica Sanfelice (1986)

As passeatas tiveram repercussão em todo o país e até mesmo no exterior, na medida em que deparavam, sempre, com a repressão policial. Os estudantes denunciavam a intervenção norte-americana na educação, nos outros setores da vida nacional e a forma totalitária do governo brasileiro. Os Diretórios Centrais de Estudantes determinaram que não se pagassem as anuidades escolares instituídas a partir desse ano de 1966, não exatamente pela quantia que o pagamento pudesse representar, mas sim porque era o cumprimento da orientação norte-americana de privatizar o ensino. Passaram a ocorrer greves contra as anuidades, invasões de restaurantes universitários fechados e reivindicações de direito de manifestação e de liberdade. Os populares costumavam aplaudir os estudantes que, dos edifícios, eram saudados com chuvas de papéis picados. Cartazes contra o governo federal, protestos contra os espaçamentos que a repressão policial vinha fazendo – aos gritos uníssonos de ‘Abaixo a ditadura, viva a soberania nacional; povo sim, ditadura não; abaixo o imperialismo; o voto é do povo e se são fortes, abram as urnas; o povo quer feijão, chega de canhão’; cantando o Hino Nacional -, o movimento estudantil ganhava o cenário da nação brasileira (SANFELICE, 1986, p. 99).

O país vivia sob os impactos dos Atos Institucionais e outras medidas autoritárias, entre elas a *Lei de Segurança Nacional*, submetendo os chamados “crimes políticos” a julgamento por tribunais militares e, passados mais de quatro anos do golpe, o regime militar não dava nenhum sinal de breve retorno da ordem democrática. Ao contrário, tinha adquirido mais força e reagia com dureza às pressões sociais e políticas, mesmo em relação a antigos aliados como o ex-governador Carlos Lacerda e o ex-presidente Juscelino Kubitschek, os quais tentavam articular com João Goulart, no exílio, uma *Frente Ampla* de resistência liberal-democrática. Por outro lado, os estudantes nesse contexto, por meio da UNE:

(...) insistia na necessidade de organização popular independente visando conduzir a luta contra a ditadura e canalizar todos os esforços isolados para sua derrubada. Os estudantes percebiam a necessidade de um preparo cada vez maior para enfrentar a polícia da ditadura e as lideranças estudantis acreditaram que o caminho tomado pelo

movimento estudantil o levaria a fundir-se nas ruas com resto do povo oprimido pelo regime. A repressão insistia, não raro, em justificar sua ação pela alegação de que comunistas estavam infiltrados e liderando o movimento estudantil (SANFELICE, 1986, p. 99).

No ano de 1968¹¹, o grande movimento de resistência popular e democrática ao regime foi a intensa mobilização operária e estudantil. Concentrações e passeatas espalhavam-se por todo o país, como a *Passeata dos cem mil*, realizada na Guanabara, no dia 25 de julho, liderada pela UNE. Os comícios de 1º de maio e a greve dos metalúrgicos de Osasco, cidade da Grande São Paulo, e Contagem, cidade localizada nos arredores de Belo Horizonte¹², na metade do ano, marcaram a revitalização do movimento sindical.

Ainda que diante das constantes ameaças e perseguições produzidas pelos representantes do regime e dos atentados violentos da direita, como os que foram patrocinados pelo *Comando de caça aos comunistas* (CCC), organização extremista especializada em atacar a bombas teatros, escolas, os estudantes não se intimidavam. A luta destes contra a reforma universitária, gestada pelo governo militar em 1968, pelos acordos MEC/USAID, e outras arbitrariedades, acabaram se constituindo num dos marcos na história da universidade brasileira. Neste momento trágico de nossa história, não foram poucos os estudantes que pagaram com a sua própria vida a ousadia de lutar contra regime militar.

É consenso que o objetivo da reforma era “modernizar” a universidade para um projeto econômico em desenvolvimento, porém, dentro das condições de “segurança” que a ditadura pretendia para si e para os interesses do capital que o representava. Leis como a 4.024 e a 5.692, segundo Warde (1983), enfatizavam “a quantidade, os métodos (técnicas), a adaptação, as necessidades sociais e a formação profissional” (p. 32). É interessante lembrar que, entre os meses de outubro e novembro de 1968 foi organizado o *Fórum* de debates intitulado *A educação que nos convém*, pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, do antigo Estado da Guanabara, com apoio institucional da PUC-RJ¹³. Este encontro encaminhava a tendência que o governo militar proponha para o ensino superior no Brasil, em especial, representada, na voz de Roberto de Oliveira Campos que falou sobre Educação e Desenvolvimento Econômico. Em sua exposição ficam claras as intenções de reorganizar o ensino médio a fim de que ele cumpra mais eficazmente a função de discriminação social. Ao longo da Conferência Roberto Campos evidencia o sentido político e econômico de um ensino que se articula com o

¹¹ Conferir VENTURA, Zuenir. (1968): o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

¹² Sobre estes episódios conferir: BAUER, Carlos. (1995): Contribuição para a história dos trabalhadores brasileiros. In *A Hegemonia Vermelha* V. 2. São Paulo: Edições Pulsar.

¹³ Para uma melhor compreensão deste evento, conferir, especialmente, CUNHA, Luiz Antonio, “O ‘Modelo Alemão’ e o ensino brasileiro, in WALTER E. Garcia (org.), *Educação brasileira contemporânea: organização e funcionamento*, 19... pp. 69-70.

mercado de trabalho: um ensino para a segurança e para o desenvolvimento econômico. Vale a pena citar as análises por ele feitas sobre o ensino superior:

Falando sobre os excedentes profissionais, frutos da escola humanista, R. Campos sugere que ‘ainda que a possibilidade de manipulação das vocações pelo governo seja pequena, claramente há possibilidade de se determinar o que seja a necessidade do mercado de trabalho, e deixar de considerar excedentes, aqueles que se entregam a certas vocações rejeitadas pelo mercado de trabalho’. Como medida ele propõe que se tornem ‘muito mais rigorosos os exames vestibulares para aquelas especializações que as pesquisas mostram não ser as desejáveis no mercado de trabalho. Não seria uma espécie de eliminação “a priori” mas, uma eliminação apoiada numa análise de mercado’. No entender de Roberto Campos, a inquietação estudantil que se manifestou de forma intensa em 1968, é decorrente do ensino que não se vincula ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, baseado em assuntos gerais, que, ‘não exigindo praticamente trabalhos de laboratório, deixam um vácuo de lazer, que é preenchido com aventuras políticas’.

Não bastasse tamanha sandice discursiva, uma série de outras leis e pareceres do Conselho Federal de Educação, formalizaram a relação custo-benefício e o capital humano na educação, conscientemente canalizando a universidade para o mercado de trabalho, ampliando o acesso da classe média ao ensino superior e, praticamente, fazendo desaparecer a autonomia universitária.

Também não foram poucas as medidas adotadas na busca de alcançar estes objetivos, entre elas: a unificação do vestibular por região; o ingresso por classificação; o estabelecimento de limite no número de vagas por curso; a criação do curso básico que reunia disciplinas afins em um mesmo departamento; o oferecimento de cursos em um mesmo espaço, com menor gasto de material e sem aumentar o número de professores; a fragmentação e dispersão da graduação; o estabelecimento de matrícula por disciplina.

Com a promulgada a Lei 5.692, em 11/08/1971 que instituiu também a reforma do ensino fundamental, com mudanças que determinaram, por exemplo, a profissionalização do ensino de 2º grau (hoje Ensino Médio) e a extinção das disciplinas de Geografia e História que foram substituídas pelo ensino de Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica e Organização Sociais e Política Brasileira, disciplinas nitidamente identificadas com o discurso ideológico dominante e comprometidas com a apologia do regime autoritário vigente.

As principais conseqüências produzidas pelas políticas de reformas do Governo Militar foram: a diminuição na qualidade da educação básica pública, com a respectiva

valorização do ensino particular, e a elitização do ensino universitário, que impede até hoje o acesso de grande parte da população à universidade pública.

Vale ressaltar, contudo, que algumas medidas tomadas, a partir de 1971, rapidamente, resultaram em verdadeiras inversões nos objetivos iniciais das reformas do ensino superior no país determinadas pelo regime militar. Para atender as inúmeras determinações da Lei 5.692 foram criadas várias faculdades e universidades em praticamente todo território nacional, promovendo um crescimento (hoje chamado de “massificação”) e um fortalecimento do ensino superior de caráter público e privado sem precedentes em nossa história.

A pós-graduação, como a nós a conhecemos, por paradoxal que seja, nasceu durante o regime militar e rapidamente transformou-se na “jóia da coroa” da educação brasileira. Na verdade, ela não é muito onerosa aos cofres públicos e produz um excelente retorno dos investimentos que recebe. Isto que fez com que ela pudesse se transformar numa espécie de espaço de liberdade durante o regime militar. Hoje sua expansão é notória, confira os dados apresentados pelo último relatório de avaliação trienal da pós-graduação no Brasil 2001-2003¹⁴.

Evolução da Pós-graduação no período 1987/2003

	Anos								
	1987	1989	1991	1993	1995	1997	1999	2001	2003
Programas	815	919	1.019	1.130	1.290	1.374	1.424	1.551	1.819
Titulados - Doutorado	000	1.047	1.409	1.000	2.520	3.020	4.050	6.040	8.094
Titulados - Mestrado	3.647	4.797	6.811	7.608	9.265	11.907	15.380	20.030	27.630
Alunos Novos - Doutorado	1.796	2.416	3.500	4.132	5.331	6.100	7.903	9.101	11.343
Alunos Novos - Mestrado	9.440	11.432	12.768	13.633	17.748	17.570	23.837	28.074	35.305

A guisa de conclusão: algumas considerações sobre a história recente

A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, temos vivenciando um intenso processo de discussões sobre os rumos e o significado da experiência universitária em nosso país. Opinamos que estes debates produziram e continuam mobilizando, entre tantas outras, uma reflexão profunda e complexa que não pode se deixar confinar nos limites das decisões palacianas e que pressupõe uma ampla participação, não apenas dos educadores, mas de toda sociedade, qual seja: os riscos da massificação desenfreada e atroz mercantilização da educação superior, que estão colocados hoje em nosso país.

¹⁴ O Sistema Nacional de Pós-graduação expande-se em ritmo intenso nas últimas décadas. Esse crescimento, como demonstrado pelos gráficos e tabelas a seguir apresentados, referentes ao período 1987-2003, é observado em todos os indicadores: número de programas, cursos, alunos novos, alunos matriculados e alunos titulados (Fonte: CAPES/MEC – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Ministério da Educação e Cultura)

Ao assumir a responsabilidade de se constituírem como universidades é imprescindível que tais instituições produzam uma práxis coerente com as responsabilidades que deve assumir com a sociedade, não se deixando seduzir pelos enganosos discursos de uma pretensa “liberalização da educação” e a sua mera transformação num produto ou serviço qualquer. Assim, partimos do pressuposto que, mesmo com todas suas limitações e preocupações, este desenvolvimento desigual e combinado, que as universidades brasileiras hoje produzem, pode contribuir para a diminuição do apartheid cultural, político e econômico que caracterizam perversamente a nossa realidade social. Claro que é imperativo reconhecer que a educação, por si só, não é capaz de oferecer mudanças profundas na estrutura social existente. Uma postura como esta é ingênua disto sabemos. Porém não podemos ignorar a relevância social e cultural das instituições educativas, e o seu papel na produção do conhecimento e descoberta dos contextos específicos e que possam colaborar com a construção da identidade social.

Questões como estas nos parecem extremamente pertinentes, principalmente, quando num momento como este, temos uma proposta de reforma universitária que está em tramitação no Congresso Nacional. Assim, precisamos nos posicionar pelo fortalecimento da instituição universitária. Criticamente reconhecer que é extremamente polêmica e insuficiente a proposta de compra de vagas de escolas particulares como meio de presença e ampliação do acesso dos jovens das camadas populares ao ensino superior (PROUNI). Por outro lado, não podemos simplesmente fechar os olhos diante do enfraquecimento das instituições públicas e confessionais sem fins lucrativos. Precisamos também criar mecanismos institucionais que não permitam que em algumas universidades privadas o único requisito para se chegar ao fim do curso e receber o diploma é manter as mensalidades em dia, a compra das vagas equivale de fato à compra dos diplomas. Elas precisam, claramente, assumir compromissos com a qualidade de ensino, com a pesquisa e a extensão universitárias.

Não temos dúvida que, a reforma da universidade brasileira, cumpre um papel importante e decisivo na luta por constituí-la num centro ativo de pesquisas científicas, de investigações técnicas, de atividades filosóficas, literárias e artísticas, de estudos desinteressados de toda sorte, a fim de torná-la “o mais alto centro de expressão de nossa cultura intelectual; ela deve ser freqüentada por estudantes de todo o país e não apenas da capital; e por fim, deveria constituir-se no mais sólido reduto onde pudessem ser guardadas as tradições, firmados os princípios e diretrizes que assegurassem à nação brasileira a continuidade, o progresso, o equilíbrio e a liberdade” (FÁVERO, M. L. A., 1980).

Este cenário também torna agudo o compromisso que deve existir entre a universidade e a realidade histórico-social e, conseqüentemente, a sua integração com os demais níveis educacionais. Exatamente porque ela, a universidade, traz um traço fundamental, no dizer do professor Franklin Leopoldo e Silva, “a liberdade da reflexão como critério ético da liberdade da ação conseqüente”.

Logo com instituição substantiva e plural, a universidade constitui um papel decisivo da educação superior e, na nossa opinião, não pode ficar restrita apenas ao que lhe exigem os documentos oficiais, ou seja: o ensino, a pesquisa e a própria extensão. Reivindicamos da universidade, um inalienável comprometimento com a sua realidade, seja esta imediata ou histórica, na sua região e no seu país, como, ainda, no âmbito internacional. O compromisso com fundamentos filosóficos que definem a formação do homem, da cultura, da sociedade e da história, plenamente libertos da intolerância e da opressão política, econômica, militar ou mesmo religiosa.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Fernando H M de. (1954): *Constituições do Brasil*. São Paulo: Saraiva.
- AZEVEDO, Fernando. (1963): *A Cultura Brasileira*, 4ª edição, Editora da Universidade de Brasília.
- BAUER, Carlos. (1995): Contribuição para a História dos Trabalhadores Brasileiros. In. *A Hegemonia Vermelha.*, v. 2. São Paulo: Edições Pulsar.
- BRASIL. *ANNAES DO PARLAMENTO BRAZILEIRO*, 1823.
- CARDOSO, I. (2001): *Para uma Crítica do Presente*. São Paulo. Editora 34.
- CARDOSO, I. (2003/2004): “Introdução ao Dossiê ‘70 anos de USP’”. *Revista USP*, número 60, dezembro/janeiro/fevereiro.
- CARONE, E. (1976): *O Estado Novo*. São Paulo: Difel.
- CUNHA, Luis Antonio. (2003): “Ensino Superior e Universidade no Brasil”. In: LOPES, M.E.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, G. C. (orgs.) *500 Anos de Educação no Brasil..* 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica.
- CUNHA, Luiz Antonio. (1978): O ‘Modelo Alemão’ e o ensino brasileiro, in., GARCIA, Walter E. (org.), *Educação Brasileira Contemporânea: Organização e Funcionamento*. São Paulo: Ed., Mc. Graw Hill.
- FÁVERO, M. L. A. (1977): *A Universidade brasileira em busca de sua identidade*. Petrópolis Ed. Vozes Ltda.
- FÁVERO, M. L. A. (1980): *Universidade e Poder: Análise Crítica/Fundamentos Históricos: 1930-45*. Rio de Janeiro, Achiamé.
- FÁVERO, M. L. A. (1989): *A Universidade em Questão*. São Paulo: Cortez. (Col. Polêmicas do nosso tempo. v.29).

- GASPER, Gerhard & HUMBOLDT, W.(1997): *Um Mundo sem Universidades?* Rio de Janeiro. EdUERJ.
- GENTILI, P. (org.). (2001): *Universidades na Penumbra – Neoliberalismo e Reestruturação Universitária*. São Paulo. Cortez Editora.
- JARDILINO, J.R.L. (2003): A Questão do Financiamento na Universidade Brasileira: Setores Público e privado numa Equidade de Sistema. In: *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBP AE*, v.19, n.2. jul/dez., pp. 195-212.
- LEITE, D. & MOROSINI, M., (1992): Universidade no Brasil: A idéia e a Prática. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. 73 (174): 242-254. Brasília, maio/ago.
- LERTORA MENDONZA, C. (2002): Teoría de la Materia en el Ultimo Período Jesuita Novohispano: Apuntes para una Controversia. In.: VERA DE FLACHS, M.C. *Universidad e Ilustración en América: Nuevas Perspectivas*. Argentina. Universidad Nacional de Córdoba.
- MOACYR, Primitivo. (1936): A Instrução e o Império: subsídios para a história da educação no Brasil. São Paulo: Cia Ed. Nacional, vol. 1. (1823-1853). (série brasileira, v 66 – Biblioteca Pedagógica Brasileira).
- NUNES, Clarice. (1998): Universidade Pública: O que foi Silenciado? In: TEIXEIRA, Anísio. *A Universidade de Ontem e Hoje*. Rio de Janeiro, RJ: Eduerj.
- SANFELICE, José Luís. (1986): *Movimento Estudantil: a UNE na Resistência ao Golpe de 64*. São Paulo: Cortes: Autores Associados.
- SOTO ARANGO, D. (Ed). (2000): Estudios sobre Historia de la Educación Latinoamericana: De la Colonia a Nuestros Días. Tunja – Boyacá, UPTC, (colección: Actas memorias RUDECOLOMBIA).
- TEIXEIRA, A. (1989): *Ensino Superior no Brasil: Análise e Interpretação de sua Evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- TEIXEIRA, Anísio. (1998): *A Universidade de Ontem e de Hoje*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- TRINDADE, H. (org.). (2000): *Universidade em Ruínas na República dos Professores*. Petrópolis: Vozes.
- XAVIER, Maria E. S. Prado. (1992): *Poder Político e Educação de lite*. São Paulo: Cortez: Autores Associados.

BAUER, Carlos; LIMA JARDILINO, José Rubens. (2005): "Apontamentos sobre Uma História Recente: Gênese e Desenvolvimento da Universidade Brasileira ", en *Revista Historia de la Educación Latinoamericana* No. 7, Tunja, Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, RUDECOLOMBIA, pp. 9 - 36.